



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2014.0000602405**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Apelação nº 0024210-89.2008.8.26.0405, da Comarca de Osasco, em que é apelante CPTM - COMPANHIA PAULISTA DE TRENS METROPOLITANOS e são apelados REJANE CRISTINA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), GRACE KELLY BEZERRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA), GEISER KETHLELIN BEZERRA DA SILVA (MENOR(ES) REPRESENTADO(S)) e GRAZIELE KAROLAINY BEZERRA DA SILVA (JUSTIÇA GRATUITA).

**ACORDAM**, em 28ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Negaram provimento ao recurso, por maioria de votos, vencido o relator sorteado, que declara voto. Para o acórdão, o revisor.".

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores DIMAS RUBENS FONSECA (Presidente sem voto), CELSO PIMENTEL, vencedor, GILSON DELGADO MIRANDA, vencido e MANOEL JUSTINO BEZERRA FILHO.

São Paulo, 23 de setembro de 2014

**CELSO PIMENTEL**  
**RELATOR DESIGNADO**  
**Assinatura Eletrônica**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Voto nº 28.572

Apelação com revisão nº 0024210-89.2008.8.26.0405

Apelante: CPTM – Companhia Paulista de Trens Metropolitanos

Apelados: Rejane Cristina da Silva e outras

28ª Câmara da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo

Rel. Des. Gilson Miranda - voto nº 4.465

Peço licença ao eminente relator para divergir.

O marido e pai das autoras foi colhido em via férrea por composição do trem da ré vindo a falecer.

A controvérsia recaiu sobre a responsabilidade no trânsito de pedestre em leito férreo e sobre a eventual culpa da vítima.

Pois bem.

A vítima, com objetivo de “cortar caminho” (fl. 3), preferiu a via clandestina e o risco evidente de ser atropelado, como o foi, ao caminhar sobre a linha férrea.

Os testemunhos revelam a falta de conservação do muro que impeça o acesso às linhas, ponto em que a falha se revela manifesta pela só realidade do uso da passagem clandestina de forma contínua e por prolongados anos (fls. 155/158).

Considera-se que, embora alegue a ré a presença de passarela a poucos metros do local do acidente, prova alguma veio, ônus que lhe incumbia (art. 333, II, Código de Processo Civil).

Pronto, clara a concorrência de causas ou de

culpas no caso.

Superando precedente de uma de suas Turmas,<sup>1</sup> o Supremo Tribunal Federal definiu, pelo colendo Pleno e contra um voto vencido, que a “responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente a terceiros usuários e não-usuários do serviço, segundo decorre do art. 37, § 6º, da Constituição Federal”, e que a “inequívoca presença do nexo de causalidade entre o ato administrativo e o dano causado ao terceiro não-usuário do serviço público é condição suficiente para estabelecer” sua responsabilidade objetiva.<sup>2</sup>

Então, a partir de agosto de 2009, não mais se discute a natureza objetiva da responsabilidade civil de concessionária prestadora de serviço público de transporte coletivo, seja em relação ao passageiro, seja em relação a terceiro, como também se dá com a concessionária de administração de rodovia.

Por sua vez, o Superior Tribunal de Justiça, com definição vinculante nos termos do art. 543-C do Código de Processo Civil, assentou que, “no caso de atropelamento de pedestre em via férrea, configura-se a concorrência de causas, impondo a redução da indenização por dano moral pela metade, quando: (i) a concessionária do transporte ferroviário descumpra o dever de cercar e fiscalizar os limites da linha férrea, mormente em locais urbanos e populosos, adotando conduta negligente no tocante às necessárias práticas de cuidado e vigilância tendentes a evitar a ocorrência de sinistros; e (ii) a vítima adota conduta imprudente, atravessando a via férrea em local inapropriado”<sup>3</sup>.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Daí que a respeitável sentença não merece reparo.

Por meu voto, nego provimento ao apelo.

Celso Pimentel  
relator designado

---

<sup>1</sup> RE 262651/SP, rel. Min. CARLOS VELLOSO, j. 16.11.2005, Segunda Turma, DJ 6.5.2005, p. 38.

<sup>2</sup> RE 591874, rel. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, j. 26.8.2009, REPERCUSSÃO GERAL - DJe-237, 17.12.2009.

<sup>3</sup> REsp 1172421/SP, rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 8/8/2012, DJe 19/9/2012.



DECLARAÇÃO DE VOTO VENCIDO  
VOTO N. 4.465

3ª Vara Cível da Comarca de Osasco  
Apelação com revisão n. 0024210-89.2008.8.26.0405  
Apelante: Companhia Paulista de Trens Metropolitanos CPTM  
Apeladas: Rejane Cristina da Silva e outras

Vistos.

Cuida-se de recurso de apelação interposto para impugnar a r. sentença de fls. 197/204, cujo relatório fica aqui adotado, proferida pela juíza da 3ª Vara Cível da Comarca de Osasco, Dra. Ana Cristina Ribeiro Bonchristiano, que julgou procedente a demanda indenizatória.

A apelante pugna pela reforma da sentença e inversão do julgado a fim de que o pedido seja julgado improcedente, uma vez que o acidente de trânsito ocorreu por fato exclusivo da vítima, que caminhava sobre os trilhos do trem ao ser atropelada. O local possui muro de segurança, próximo a uma passarela para travessia de pedestres, não sendo possível falar em omissão da ré. Por fim, impugna o valor dos danos materiais e morais a que foi condenada.

Recurso interposto no prazo legal, preparado (fls. 254/255) e com contrarrazões das apeladas (fls. 309/313).

Parecer do Ministério Público pelo não provimento do recurso (fls. 320/324).

Esse é o relatório.

O meu voto, em que pese o entendimento da douta maioria, é pelo provimento do recurso.

Não restam dúvidas de que, no dia 1º de dezembro de 2005, o marido e pai das autoras, Edinaldo Bezerra da Silva, ultrapassou

o muro de proteção da linha férrea, próximo ao Km 17, e caminhava sobre os dormentes da linha férrea para cortar caminho quando a composição ET 23 da ré atropelou-o, causando sua morte.

Como é cediço, a responsabilidade da prestadora de serviços pelos danos causados aos usuários e não usuários da ferrovia, segundo o entendimento prevalente, é objetiva. Vale dizer, a administração da estrada tem, à evidência, os deveres de conservação, fiscalização e segurança. Incide, pois, o § 6º do art. 37 da CF. Nesse sentido: TJSP, Apelação, 1.051.779-0/5, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 23-06-2008, rel. Des. Andreatta Rizzo; TJSP, Apelação n. 1.181.960-0/9, 32ª Câmara de Direito Privado, j. 09-10-2008, rel. Des. Ruy Coppola.

Essa responsabilidade, porém, deve ser afastada no caso em tela, tendo em vista que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da vítima.

Realmente, “o que se tem constatado, de processos anteriormente julgados, por mortes causadas por composições ferroviárias do transporte urbano e suburbano de pessoas, é que todos os usuários do serviço de transporte sabem do risco de morte que correm invadindo as áreas segregadas para a passagem das composições ferroviárias. É impossível, absolutamente impossível, exigir-se que a ré levante muros ou tenha resguardada sua passagem em linha, na medida em que, erguido hoje, pela manhã, terá um buraco hoje mesmo, à tarde, mercê da falta de educação e civilidade do povo” (TJSP, Apelação n. 1.181.960-0/9, 32ª Câmara de Direito Privado, j. 09-10-2008, rel. Des. Ruy Coppola).

E esse caso não é diferente!

Como é possível observar, o local onde o acidente ocorreu era próximo a uma curva, a vítima caminhava sobre os dormentes da linha férrea, irregularmente, e o maquinista, assim que avistou a vítima, buzinou e acionou os freios de segurança, empregando todos os meios para tentar evitar o acidente.

Vale ressaltar, ainda, que o local estava regularmente isolado por um muro de proteção (tanto que as próprias autoras confirmam que a vítima ultrapassou um buraco existente no muro)

e, aliás, nas proximidades havia uma passarela para travessia de pedestres (ver declaração do maquinista a fls. 58).

Como se vê, a partir dos elementos indicados, é possível concluir a vítima acessou a linha férrea indevidamente e passou a caminhar sobre os trilhos do trem, dando causa ao acidente.

De fato, “no caso de culpa exclusiva da vítima, o agente que causa diretamente o dano é apenas um instrumento do acidente, não se podendo, realmente, falar em liame de causalidade entre seu ato e o prejuízo por aquele experimentado” (Sílvio Rodrigues, Direito civil: responsabilidade civil, 20ª edição, São Paulo, Saraiva, 2003, v. 4, p. 165).

Em outras palavras: “Ao contrário do que ocorre nos centros urbanos ou suas proximidades, nas estradas, principalmente naquelas pavimentadas e de trânsito rápido, que permitem aos motoristas desenvolver maiores velocidades, cabe ao pedestre a observância das cautelas para atravessá-las, não se podendo, conseqüentemente, em regra, reconhecer a culpa do motorista que se vê, repentinamente, surpreendido pela presença de pedestre em plena pista, atropelando-o inevitavelmente”. Vale “ponderar, contudo, que o atropelamento de pedestre em via expressa de intenso tráfego, onde se permite a velocidade acima de 60 Km/h e se proíbe a travessia na pista, exceto através de passarelas suspensas existentes ao longo do percurso, a obrigação de cuidado, ou a chamada obligatio ad diligenciam, é do pedestre, nada justificando que, podendo fazer a travessia em segurança faça a opção pela alternativa proibida e altamente arriscada” (Wladimir Valler, Responsabilidade Civil e criminal nos acidentes automobilísticos, 2ª edição, Campinas, Julex, 1993, t. 2, p. 731; apud Rui Stoco, Tratado de Responsabilidade Civil, 6ª edição, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2004, p. 1388).

A jurisprudência recente do Tribunal de Justiça de São Paulo tem, de modo contundente, rechaçado a responsabilidade civil em casos símiles. Nessa esteira decidiu a 26ª Câmara de Direito Privado ao julgar o recurso de apelação n. 1.194.747-0/0, j. 18-08-2008, rel. Des. Carlos Alberto Garbi, cuja ementa foi lançada da seguinte forma: “Responsabilidade civil. Atropelamento em via férrea. Vítima fatal. Culpa exclusiva da vítima que, desorientada e sem plena capacidade, invadiu o leito da ferrovia e se colocou na passagem da composição,

surpreendendo o condutor da máquina. Sentença de improcedência da ação mantida. Recurso desprovido”.

Na mesma tocada é o acórdão da 28ª Câmara de Direito Privado proferido ao julgar o recurso de apelação n. 1.107.656-0/0, j. 18-03-2008, rel. Des. Edmundo Lellis Filho: “Indenização por danos morais e materiais – Atropelamento em via férrea seguida de falecimento da vítima – Local fechado ao público, que o utiliza de forma clandestina – Maquinista que sinaliza sonoramente a aproximação do comboio – Responsabilidade civil inexistente – Apelo provido – Sentença reformada”.

Esse também é o entendimento da 32ª Câmara de Direito Privado (TJSP, Apelação n. 1.181.960-0/9, 32ª Câmara de Direito Privado, j. 09-10-2008, rel. Des. Ruy Coppola), a saber: “Ação de indenização. Atropelamento com morte. Responsabilidade civil. A responsabilidade da estrada de ferro é objetiva, pela concessão de serviço público e pela idêntica natureza da responsabilização do Estado (Constituição da República, art. 37, § 6º). Adolescente que andava sobre os trilhos da ferrovia. Culpa exclusiva da vítima. Ausência de responsabilidade da ré. Excludente demonstrada. Apelo improvido”.

A respeito ainda: 1) TJSP, Apelação n. 1.126.102-0/3, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 15-09-2008, rel. Des. Felipe Ferreira; 2) TJSP, Apelação n. 1.180.663-0/7, 29ª Câmara de Direito Privado, j. 02-07-2008, rel. Des. Pereira Calças; 3) TJSP, Apelação n. 1.045.766-0/8, 36ª Câmara de Direito Privado, j. 14-08-2008, rel. Des. Dyrceu Cintra; 4) TJSP, Apelação n. 1.051.779-0/5, 26ª Câmara de Direito Privado, j. 23-06-2008, rel. Des. Andreatta Rizzo; 5) TJSP, Apelação n. 1.001.334-0/5, 33ª Câmara de Direito Privado, j. 04-09-2008, rel. Des. Luiz Eurico.

À vista dessas considerações, a improcedência do pedido é medida de rigor. O conjunto probatório é firme ao indicar que o fator decisivo para a ocorrência do acidente foi a conduta culposa da vítima.

Por conseguinte, diante da sucumbência, condeno as autoras ao pagamento das custas, das despesas processuais e dos honorários advocatícios arbitrados em R\$ 2.000,00, com observância do





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

disposto no art. 12 da Lei n. 1060/50, considerando que as autoras são beneficiárias da gratuidade da justiça (fls. 74).

Posto isso, pelo meu voto dou provimento ao recurso, nos moldes indicados alhures.

GILSON MIRANDA  
Relator Sorteado



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Este documento é cópia do original que recebeu as seguintes assinaturas digitais:

Pg. inicial	Pg. final	Categoria	Nome do assinante	Confirmação
1	4	Acórdãos Eletrônicos	CELSON JOSE PIMENTEL	CBB08C
5	9	Declarações de Votos	GILSON DELGADO MIRANDA	D2DF38

Para conferir o original acesse o site:

<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/sg/abrirConferenciaDocumento.do>, informando o processo 0024210-89.2008.8.26.0405 e o código de confirmação da tabela acima.